



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

Plano de Ação RUP 2020

**Região Autónoma
da Madeira**

Funchal, 19 de junho de 2013



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

Índice

1.	INTRODUÇÃO	4
2.	PLANO DE AÇÃO RUP 2020 - MADEIRA	12
2.1	<i>Estratégia</i>	17
2.1.1	<i>Principais necessidades de desenvolvimento / desafios territoriais específicos</i>	18
2.1.2	<i>Potencial de Crescimento</i>	27
2.1.3	<i>Principais Prioridades de financiamento</i>	32
2.1.4	<i>Principais resultados esperados: objetivos, indicadores e metas</i>	40
3.	ABORDAGEM ÀS NECESSIDADES DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO	42
3.1	<i>Nível UE</i>	42
3.1.1	<i>Implementação dos Eixos das RUP</i>	42
3.1.2	<i>Integração Regional</i>	46
4.	COORDENAÇÃO DE INSTRUMENTOS	49
5.	CONCLUSÃO	50

Quadros

<i>QUADRO 1 - Estratégia Europa 2020 - Programa Nacional de Reformas</i>	16
<i>QUADRO 2 - Indicadores-chave da RAM - Evolução pós-2007</i>	18
<i>QUADRO 3 - Objetivos de Política Regional</i>	41
<i>QUADRO 4 - Instrumentos de Política Pública para a Região (FEDER e FSE)</i>	44
<i>QUADRO 5 - Evolução da Dotação financeira da Cooperação Territorial Europeia</i>	48



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

1. INTRODUÇÃO

As Regiões Ultraperiféricas (RUP) – a Guadalupe, a Guiana Francesa, a Martinica, a Reunião, Saint-Martin, os Açores, a Madeira e as Ilhas Canárias – partilham características específicas definidas no artigo 349.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE). A 1 de janeiro de 2014, Maiote tornar-se-á uma Região Ultraperiférica da União Europeia (UE).

Estas Regiões constituem uma realidade única e formam um grupo no seio da UE, distinto das outras regiões europeias, caracterizado essencialmente por:

- Grande afastamento em relação ao continente europeu, agravado pela insularidade, até mesmo pela dupla insularidade ou pela situação de enclave. Isoladas nos seus respetivos espaços geográficos e bastante afastadas dos principais fluxos comerciais, as RUP estão confrontadas com a impossibilidade de tirar pleno proveito das vantagens do mercado da União Europeia;
- Exiguidade do mercado local e, por isso, uma dependência económica face a um número reduzido de produtos;
- Condições topográficas e climáticas difíceis, dimensão reduzida, vulnerabilidade face às alterações climáticas e aos fenómenos meteorológicos extremos;
- Uma vizinhança de proximidade exclusivamente composta por países terceiros da UE ou um espaço totalmente isolado, dois desafios estratégicos em termos de inserção e cooperação.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

A permanência, o cúmulo e a conjugação destas características constituem constrangimentos estruturais que prejudicam gravemente o desenvolvimento económico, social e territorial destas Regiões. Esta realidade justifica um tratamento especial e diferenciado.

Se de direito, a Europa reconhece a situação singular das RUP com base no estatuto da Ultraperiferia, de facto, a sua implementação continua mitigada. Por esta razão, a Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas não tem deixado de se bater por um compromisso político renovado da parte das Instituições Europeias para com as RUP.

* *

*

A Comunicação da Comissão de 20 de junho de 2012 intitulada «As Regiões Ultraperiféricas da União Europeia: Parceria para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo»¹ atualiza em cinco eixos (acessibilidade, competitividade, inserção regional, dimensão social e alterações climáticas) a estratégia de desenvolvimento que acompanhará as RUP na consecução das prioridades da Estratégia EUROPA 2020 a favor de um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

De igual modo e num cenário de realização seria indispensável que fossem «avaliados sistematicamente os efeitos das políticas europeias sobre as RUP, em particular, aquando da realização de avaliações de impacto»². Nesta base,

¹ COM (2012) 287 Final.

² Conclusões do Conselho de 14 de junho de 2010.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

as especificidades da Ultraperiferia deveriam merecer ser integradas nas propostas legislativas da Comissão.

Neste contexto, a Conferência dos Presidentes das RUP recorda a sua posição expressa por ocasião da XVIII.^a Conferência que teve lugar na Horta (Açores) a 14 de setembro de 2012, e que evidencia a necessidade de dar mais um passo na implementação da estratégia tal como proposta pela Comissão Europeia em junho de 2012, com os instrumentos europeus setoriais apropriados e respetivos recursos. Esta orientação exige soluções pertinentes, equilibradas, conjuntas e coerentes.

A comunicação da Comissão propõe a elaboração de um plano de ação³ a partir de prioridades de desenvolvimento, considerando todas as políticas públicas. Cada plano de ação privilegiará consequentemente, uma abordagem sintética, ascendente e evolutiva, indicando as necessidades territoriais e as respostas para lhes fazer face.

Não dispor atualmente de um quadro legislativo e financeiro claramente estabelecido, deixa pairar inúmeras incertezas. Para além destas dificuldades e no momento de se estabelecer um rumo para o desenvolvimento dos territórios em 2014-2020, as RUP reafirmam a sua ambição de dinamizar as suas economias, de preservar os seus sectores tradicionais, de agir nos domínios inovadores e de alto valor acrescentado, de criar emprego e assim de se inscreverem decididamente numa dinâmica de crescimento.

³ «Cada RUP, juntamente com o respetivo Estado-Membro, deverá elaborar um plano de ação que trace, através de metas e objetivos concretos, o modo como será executada a agenda Europa 2020, tendo em conta a sua situação individual e os diferentes instrumentos disponíveis elencados na presente comunicação».



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

Ao apresentar o Plano de Ação, as RUP demonstram a sua vontade e o seu compromisso na realização dos eixos da Estratégia da UE a favor da Ultrapereferia. Este exercício só fará sentido, *in fine*, se os instrumentos colocados à disposição estiverem à altura das ambições fixadas. Para atingir os resultados esperados, as RUP devem também poder contar com o apoio de todas as partes interessadas.

No entanto, não existe um modelo único de desenvolvimento. Se a valorização das potencialidades das RUP deve ser tomada em conta, ela não consegue, por si só, responder a todos os desafios que se colocam e corrigir os desequilíbrios persistentes. Os constrangimentos estruturais permanentes reclamam um tratamento diferenciado para atender à realidade das RUP.

Esta é a razão pela qual as RUP fazem valer uma lógica territorial que lhes é própria e que constitui uma oportunidade de aplicação inovadora das políticas europeias.

Neste contexto e no calendário das reformas das políticas para o período 2014-2020, o Plano de Ação inscreve-se numa abordagem coordenada com:

- As estratégias dos Fundos Europeus (FEDER, FSE; FEADER; FEAMP) e os Acordos de Parceria 2014-2020;
- As estratégias a desenvolver, no quadro de outros programas com forte impacto territorial, tais como o POSEI (agricultura e pescas) em que o acervo deve ser preservado para o futuro;
- Todas as outras estratégias desenvolvidas de forma transversal, seja à escala europeia (particularmente os programas a favor da investigação, do ambiente, da educação), à escala nacional (Programa Nacional de



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

Reformas, por exemplo) ou à escala dos territórios (esquemas de desenvolvimento económico, de transportes, entre outros).

A complementaridade e a coerência dos objetivos e das prioridades do Plano de Ação se avaliam igualmente em relação aos quadros legislativos horizontais, nomeadamente sobre a política comercial comum, a concorrência, os mercados públicos e o ambiente.

* *

*

Um Plano de Ação estabelecido sob o lema da ambição e da exigência

Num contexto marcado por incertezas jurídicas e financeiras, as Regiões Ultraperiféricas encaram o futuro visando alcançar uma retoma do crescimento, desenvolver empregos estáveis num contexto socioeconómico hoje fortemente degradado.

Este exercício inscreve-se na continuidade das suas respetivas reflexões que resultaram na adoção de Memorandos em 2009 e em 2010, assim como em diferentes contributos para as consultas públicas da Comissão Europeia (coesão territorial, Estratégia Europa 2020, transportes, auxílios de Estado, investigação e inovação, mercado interno, política marítima, etc).

O Memorando conjunto de maio de 2010 adota uma abordagem inovadora e convida a Comissão Europeia a encontrar um triplo equilíbrio no que respeita à Ultraperiferia, baseando-se na estratégia que esta desenvolveu em 2004 relativamente à redução do défice de acessibilidade, à melhoria da competitividade e à inserção regional:



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

- Um equilíbrio entre as potencialidades e os constrangimentos estruturais;
- Um equilíbrio entre as vertentes interna e externa das políticas europeias a fim de evitar incoerências no momento das respetivas implementações;
- Um equilíbrio entre a adaptação das políticas europeias de direito comum e a tradução em instrumentos setoriais específicos.

O Memorando incentiva a que todas as políticas da União que se apliquem nas RUP, integrem uma lógica de coerência territorial que vá além do novo objetivo dito «de coesão territorial» tal como erigido pelo Tratado de Lisboa. Deste modo, as RUP podem constituir verdadeiros espaços pertinentes de experimentação para uma implementação coerente e integrada das políticas da União a nível territorial, na base de uma governação multiníveis (europeu, nacional e regional).

Os princípios da igualdade de oportunidades, da coerência, da valorização das potencialidades e da parceria chamados «Princípios de Cayenne» constituem, desde 1999, o alicerce da estratégia de desenvolvimento das RUP. Estes são completados, em 2010, por duas novas orientações que são os princípios da proporcionalidade e da realidade da Ultraperiferia.

Se ao longo do tempo a Comissão Europeia pôs em evidência os princípios de valorização das potencialidades e de parceria através de comunicações adotadas em 2004 e em 2008, é hoje necessário dar mais um passo para dar corpo aos outros princípios: igualdade de oportunidades, coerência, proporcionalidade e realidade.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

Várias dimensões devem servir de fio condutor ao quadro europeu a estabelecer para 2014-2020 e abranger, de maneira transversal, todas as políticas europeias:

- Tomar em conta o estatuto da Ultraperiferia do artigo 349.º do TFUE, que justifica, *per se*, uma aplicação adaptada, inclusive derogatória, das políticas e ações da União Europeia às RUP;
- Respeitar os princípios da realidade e da igualdade de oportunidades dos cidadãos qualquer que seja o seu lugar de residência é primordial, sobretudo no que se refere ao acesso aos equipamentos e serviços em rede (do tipo serviços de interesse económico geral). Não se consegue, por exemplo, explicar as diferenças de tratamento de cidadãos das RUP em termos de continuidade territorial ou digital. Os serviços de interesse económico geral constituem um exemplo da persistência de discriminações, inclusive nos sectores mais estratégicos como o digital, os transportes, a água, a energia;
- Aplicar os princípios da coerência e da proporcionalidade: as revisões sucessivas dos auxílios de Estado nunca incorporaram a exigência de coerência entre as diferentes finalidades dos auxílios todavia necessários para os beneficiários potenciais. Do mesmo modo, a regulamentação em matéria ambiental, relativa nomeadamente às emissões de gases com efeito de estufa, no domínio do transporte aéreo, merece uma atenção particular no que respeita à situação das Regiões Ultraperiféricas para evitar qualquer desproporção dos impactos daí resultantes.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

Nesta ótica e contrariamente à orientação privilegiada na comunicação da Comissão Europeia de 20 de junho de 2012, os fundos estruturais não conseguem reduzir, por si só, todas as disparidades territoriais, muito menos responder às necessidades de financiamento que implica a ambição comum de uma estratégia renovada da Ultraperiferia. A política de coesão exige uma coordenação muito estreita com as outras políticas que têm um forte impacto territorial, com uma preocupação de eficiência e de racionalização dos programas a estabelecer.

O presente Plano de Ação vai muito além desta exigência traçando as vias de uma estratégia de projeção que esteja ao serviço de uma vitalidade territorial assumida. Mas para se revelar na sua justa medida, esta estratégia de projeção é indissociável de uma estratégia de experimentação: Experimentar, é adaptar o quadro às realidades da Ultraperiferia, é inventar novas fórmulas que, de forma pragmática, permitam às RUP criar o respetivo modelo económico de amanhã. A esta forte vontade expressa ao nível regional deve doravante corresponder uma verdadeira ambição europeia de Ultraperiferia.

É neste espírito que este Plano de Ação se inscreve: o de fazer prevalecer uma lógica de atividade e de responsabilidade, único garante de um desenvolvimento económico inteligente, sustentável e inclusivo.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

2. PLANO DE AÇÃO RUP 2020 - MADEIRA

O Plano de Ação RUP 2020 - Madeira é apresentado num momento em que no plano europeu não se encontram finalizadas as negociações relativas aos instrumentos financeiros para o período 2014-2020, e no plano nacional decorrem os trabalhos de elaboração do Acordo de Parceria, o que condiciona o conteúdo e abrangência do mesmo, a saber:

- A negociação do Acordo de Parceria entre Portugal e a Comissão Europeia tem reflexos em todas as fases subsequentes, nomeadamente a preparação dos Programas Operacionais (PO's):
- A elaboração dos PO's regionais FEDER/FSE e FEADER dá os primeiros passos com importantes variáveis em aberto (distribuição de montantes Fundo, relação com objetivos, metas e indicadores,...);
- A preparação do PO nacional para as Pescas e Aquicultura ainda não foi desencadeada;
- A abordagem nacional/regional das intervenções do Fundo de Coesão, com responsabilidades consideráveis no financiamento de importantes objetivos temáticos para a Madeira, nomeadamente no domínio do desenvolvimento sustentável.
- A elaboração dos PO's Transfronteiriços e Transnacionais da Cooperação 2014-2020, que mantém em aberto as opções relativas às prioridades de investimento a estabelecer/adotar pelas diferentes regiões e o próprio enquadramento territorial, com implicações relevantes para a Madeira, nomeadamente em áreas como a estratégia marítima para a bacia do Atlântico e produções locais, no âmbito da biodiversidade.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

Acrescem as condicionantes decorrentes do exigente programa de ajustamento económico-financeiro (PAEF) em curso no país e na Região que colocam grandes dificuldades quanto à capacidade de mobilizar a comparticipação nacional/regional para dinamizar intervenções programáticas no contexto da Estratégia Renovada para as RUP.

As limitações apontadas têm, assim, consequências sobre a profundidade do Plano de Ação RUP 2020 - Madeira, em particular, no tocante a objetivos, indicadores e metas quantificáveis.

Tem igualmente implicações ao nível dos aspetos financeiros dado que nesta fase, tanto no plano europeu, como nacional, a questão dos envelopes financeiros não se encontra estabilizada.

Sob este pano de fundo o presente Plano identifica os principais domínios estratégicos de intervenção alinhados com a Estratégia da União em prol das Regiões Ultraperiféricas e respetivos pressupostos de sucesso, os quais constituem condição indispensável para enfrentar os desafios mais graves com que a Região se confronta atualmente: relançar o crescimento económico e combater o flagelo de desemprego, particularmente grave nomeadamente entre os mais jovens.

* * *

*

Os constrangimentos estruturais inerentes à condição ultraperiférica da Região, a atual conjuntura recessiva e as condicionalidades associadas à governação económica resultantes do processo de ajustamento em curso postulam, mais do que nunca, a necessidade imperiosa de se conferir efetiva substância



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

aos cinco eixos da estratégia europeia renovada em prol das RUP, da qual, em muito dependerá o sucesso do plano de desenvolvimento da Madeira no horizonte 2020.

Neste contexto, a convergência desejável com os grandes objetivos quantificáveis da Europa 2020 respeitantes ao Emprego, à Investigação e Inovação, às Alterações Climáticas e Energia, à Educação e Luta contra a pobreza, constitui um sério desafio para a Região Autónoma da Madeira.

Isto porque, os constrangimentos supra mencionados estabelecem condições de partida desfavoráveis à concretização daqueles objetivos.

Com efeito, as medidas de implementação da Europa 2020 devem refletir devidamente, não apenas a realidade ao nível dos Estados-membros, como também as dificuldades sentidas pelas Regiões.

No caso concreto da Região Autónoma da Madeira, esta apresenta vários constrangimentos que dificultam a sua implementação, nomeadamente um nível de qualificações da população baixo, um tecido empresarial frágil onde predominam as micro e pequenas empresas, fraco desenvolvimento nas áreas da investigação e da sociedade da informação, aspetos estes diretamente associados à sua condição ultraperiférica.

A promoção de um desenvolvimento inteligente, sustentável e inclusivo é agravada ainda pela grande redução dos apoios europeus que serão atribuídos à Madeira para o período 2014-2020.

Também a aposta na diversificação e modernização da economia madeirense fica seriamente comprometida ao serem negadas pela União Europeia ao Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM) condições de competitivi-



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

dade equivalentes às existentes nas praças congéneres europeias limitando fortemente, deste modo, as potencialidades de tal instrumento no desenvolvimento da Região.

Por conseguinte, as condições de partida de uma Região Ultraperiférica, como a Madeira, para a concretização de uma estratégia de desenvolvimento assente na investigação e na inovação, cujo principal motor será o conhecimento são bastante mais adversas do que as condições que se poderão encontrar nas regiões centrais do continente europeu, próximas de grandes universidades, empresas e de grandes centros de investigação.

Esta situação dificulta o posicionamento convergente com os diversos indicadores da Estratégia Europa 2020 como se demonstra no Quadro 1 infra.

Com efeito, a posição da Madeira, no quadro dos objetivos e metas da Estratégia Europa 2020 e do Programa Nacional de Reformas (PNR), situa-se aquém do desempenho atual do País e bastante afastada das metas de referência estabelecidas para o horizonte 2020, com destaque para os objetivos associados à Inovação, ao Emprego e à Energia: (i) no domínio do reforço da IDT&I, para uma meta de 3% em 2020, a Região atingiu um investimento em percentagem do PIB inferior a 0,3%, em 2010; (ii) no domínio do Abandono Escolar precoce, para uma meta de 10%, a Região situava-se no patamar dos 29%, em 2012; e (iii) no domínio das Energias Renováveis para metas europeias e nacional, respetivamente de 20 e 31% de peso no consumo de energia final, a Região situava-se nos 7,5%, em 2010.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

Quadro 1 - Estratégia Europa 2020 - Programa Nacional de Reformas

Objetivos	Indicadores	Metas Europa 2020	Metas Nacionais PNR	Portugal Situação Atual	Madeira Situação Atual
Reforço da IDT e da Inovação	Investimento (em % do PIB)	3%	3%	1,59%(2010)	0,29%(2010)
				Sector público: 0,70%	Sector público: 0,25%
				Sector privado: 0,89%	Sector privado: 0,04%
Mais e Melhor Educação	Taxa de abandono escolar precoce	10%	10%	20,8% (2012)	29% (2012)
	População com Ensino Superior ou equiparado entre 30-34 anos (em %)	40%	40%	33,7% (Censo 2011)	29,0% (Censo 2011)
Clima/Energia	Redução de Emissões de Gases de Efeito de Estufa (GEE)	-20% (em Comparação com os níveis de 1990)	+1% meta vinculativa nacional para setores não CELE(*) em relação a 2005	117% em 2010(1990=100; emissões totais)	103% em 2009 (2005=100%)
	Energias renováveis no consumo de energia final (em %)	20%	31%	25,7%	7,5%
	Aumento da eficiência energética	Aumento de 20%	Aumento de 20%	-23%	-
Aumentar o Emprego	Taxa de emprego (população 20-64 anos)	75%	75%	66,5%(2012)	63,7%(2012)
Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais	Pessoas em risco de pobreza/exclusão social (1000 pessoas % do total da população) 115479 (23,4% do total), em 2010	20 milhões de pessoas	Pelo menos 200 000 pessoas	2.693 (25,3% do total)	
	3 indicadores (unidade: 1000 pessoas - % total da população):				
	- Risco de pobreza (pessoas que vivam com menos de 60% da mediana do rendimento nacional) (80018 (16,4% do total EU27, em 2010));			1.903 (17,9% do total)	
	-Privação material (pessoas que tenham pelo menos 4 das 9 situações de privação definidas) [40.096 (8,1% do total EU27, em 2010)];			958 (9% do total)	
	- Pessoas que vivam num agregado familiar sem emprego (indivíduos no grupo etário 0-59 anos que vivem em agregados onde ninguém trabalha em 20% dos indivíduos do mesmo grupo etário) [37.377 (9,9% do total EU27, em 2010)].			700 (8,6% do total)	

(*)CELE - Comércio Europeu de Licenças de Emissão.

A crescente degradação do ambiente económico em resultado das condicionantes acima referidas acentua as pressões sobre a atividade económica regio-



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

nal afetando muito negativamente a atividade das empresas e colocando desafios acrescidos à execução dos meios financeiros disponíveis, dadas as dificuldades das empresas em aceder ao crédito, por um lado, e dos executores públicos em disporem da contrapartida regional, por outro.

Acresce que a forte exposição e vulnerabilidade do tecido empresarial às pressões atuais tem ditado a retração da atividade económica em diversas frentes e a própria insolvência dos agentes, bem como o subsequente agravamento da taxa de desemprego na Região, com uma evolução particularmente expressiva no final de 2012, atingindo os 19,7%, sendo destes 49% de desemprego jovem.

A situação descrita tem implicações diretas na implementação da Estratégia Europa 2020 dificultando naturalmente ou mesmo inviabilizando o objetivo de alcançar as metas europeias fixadas em matéria de emprego, investigação e inovação, alterações climáticas e energia, educação e luta contra a pobreza.

2.1 *Estratégia*

Na ótica do desenvolvimento futuro da Região, no contexto da Europa 2020 e respetivos objetivos, é atribuída prioridade à focagem das intervenções e instrumentos de política quer nos domínios da competitividade, inovação e desenvolvimento do potencial humano, quer no domínio da energia, com ênfase para a eficiência energética e a redução da dependência do exterior, vetores relevantes para a competitividade do tecido económico regional, tendo sempre presente, não obstante a modernização e requalificação das infraestruturas dos vários modos (rede viária, portos e aeroportos) registada, a questão central e incontornável da melhoria das acessibilidades interna e externa



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

enquanto fator determinante para atenuar as limitações ao crescimento económico da Região derivadas das suas características naturais e descontinuidade territorial.

Tal focalização postula a necessidade de afetação combinada dos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus, conjugada com a adaptação das políticas e dos instrumentos europeus às especificidades da Ultraperiferia de modo a permitir à Região enfrentar os dois maiores desafios com que se defronta presentemente, a saber: relançar o crescimento económico e combater o desemprego crescente através do reforço dos apoios a medidas de política orientadas para a promoção do crescimento e do emprego, sobretudo apoiando o relançamento do investimento privado quer nas atividades de especialização, quer em atividades emergentes.

2.1.1 Principais necessidades de desenvolvimento / desafios territoriais específicos

A crise financeira internacional veio interromper o desempenho globalmente positivo da economia da Região e provocar graves bloqueios no financiamento do investimento e no funcionamento corrente das empresas e das instituições públicas da Região.

Quadro 2 - Indicadores-chave da RAM - Evolução pós-2007

Indicador	2007	2010	2011	Variação (%)**
Pessoal ao Serviço (DIRTRA/GEP)	71.820	63.012	61.535	-14,3
Nº de Estabelecimentos	8.829	7.776	7.719	-12,6
Relação Pessoal ao Serviço/ Estabelecimentos	8,1	8,1	8,0	-1,2
População Empregada (10 ³) (INE)*	116,5	119,8	106,5	-8,6
Taxa de atividade (15 e mais anos) *	61,8	63,3	52,2	-15,5
Taxa de Emprego *	57,6	58,6	51,9	-9,9
Taxa de Desemprego *	6,8	7,4	17,5	157,4



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

PIB (10⁶ Euros) a preços correntes	5.046,9	5.207,5	5.111,5	1,3
PIB per capita (10³ Euros)	20.504	21.066	20.669	0,8
VAB (10⁶ Euros) a preços correntes	4.358,1	4.562,1	4.460,9	2,4
FBCF (10⁶ Euros) a preços correntes	1.026,5	1.002,0	-	-2,4
Rendimento Disponível Bruto (10⁶ Euros)	2.805,5	3.038,5	-	8,3
Rendimento Disponível Bruto pc (Euros)	11.393,1	12.278,0	-	7,8

* Dados de 2012. ** Variação último ano disponível/ 2007.

Fonte: DIRTRA/GEP, Quadros de Pessoal; INE, Inquérito ao Emprego; DREM (2011), Contas Regionais 1995-2011.

Entre 2007 e 2011 registou-se um decréscimo do número de estabelecimentos empresariais (-12,6%) e dos trabalhadores ao serviço nos estabelecimentos empresariais (-14,3%), com destaque para os principais sectores de atividade: o setor da Construção perdeu em quatro anos 38,1% do pessoal ao serviço (reduzindo o seu peso no volume do emprego regional de 19,3% para 13,9%), o setor da Indústria Transformadora perdeu, em 4 anos, 25% de pessoal, e, no mesmo período, o Imobiliário perdeu 22,4% e o setor do Alojamento, Restauração e similares perdeu 18,7%. No setor público o nível de endividamento e as dificuldades de financiamento culminaram, em 2012, na assinatura, entre o Governo Regional e o Governo da República do PAEF, com forte impacto nas dinâmicas futuras de iniciativa e de investimento público e privado da Região.

No momento em que se arranca para o período de programação 2014-2020, a Região Autónoma da Madeira encontra-se numa delicada situação económico-social e financeira, que não é explicável apenas pelos efeitos sistémicos da crise, mas por múltiplos constrangimentos estruturais patente em vários diagnósticos da evolução recente, os quais são agravados pela vulnerabilidade associada à sua condição ultraperiférica.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

No alinhamento das *Prioridades temáticas* da Política de Coesão, decorrentes dos pilares estruturantes da Estratégia Europa 2020, os pontos seguintes sistematizam as principais dimensões-problema de desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira:

- **Competitividade e Inovação** - Os elementos de avaliação disponíveis para o período 2007-2013 revelam que os investimentos na inovação, no empreendedorismo e na sociedade do conhecimento, cruciais para a renovação da capacidade competitiva não encontraram condições favoráveis de concretização. No contexto recessivo pós-2008, a inovação não acompanhou na Região o aumento da despesa pública e privada em Investigação e Desenvolvimento (I&D) verificada no País. Inversamente, registou-se uma diminuição daquelas despesas nas empresas, num contexto de baixa intensidade de despesas de I&D em percentagem do PIB. Assinala-se ainda a dimensão reduzida das Unidades de I&D e dispersão dos recursos humanos afetos.

Em termos de empreendedorismo e num tecido empresarial constituído maioritariamente por micro e pequenas empresas, registou-se uma redução acentuada do número de estabelecimentos empresariais nos principais setores de atividade. No setor do turismo, que origina impactos diretos e globais no PIB regional que se situam entre os 25% e 30%, foram modestos os progressos na captação de novos segmentos de mercado (com exceção dos progressos registados no turismo de cruzeiro), bem como na entrada em novos mercados turísticos emissores, evolução indispensável para atenuar a forte dependência de um limitado número de mercados.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

As atividades produtoras de bens transacionáveis, desde o sector primário (agricultura e pescas) à indústria transformadora, além da referida redução de empresas e emprego, confrontam-se com dificuldades ao nível da organização da produção e com fortes constrangimentos decorrentes da reduzida dimensão do mercado regional, das dificuldades de acesso aos mercados externos agravadas pelos sobrecustos de transporte condicionando a sua competitividade e não favorecendo contributos relevantes para o PIB, mesmo que reconhecendo a importância de algumas atividades de primeira transformação agroindustrial.

- **Desenvolvimento Sustentável** – Dentro da dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável, alguns aspetos particulares requerem especial atenção, tal como noutras RUP, por via das suas características como a pequena superfície territorial, isolamento geográfico, relevo vigoroso e grande heterogeneidade climática, mas também pelas exigências e custos associados à preservação da biodiversidade, dos ecossistemas marinhos, da paisagem e ambiente natural, da cultura e património.

Uma das maiores vulnerabilidades evidenciadas em fenómenos recentes ocorridos na Região, é a exposição aos efeitos das alterações climáticas traduzidas na maior frequência de fenómenos meteorológicos extremos (chuvas torrenciais, grandes secas, incêndios e ventos fortes). Dado o regime torrencial das principais ribeiras que atravessam zonas fortemente urbanizadas da costa Sul da Ilha da Madeira e dadas as ocupações que ao longo do tempo se foram registando em leitos de cheia, torna-se urgente adotar medidas para prevenir os riscos associados a estas situações, que as alterações climáticas tenderão a potenciar.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

Ainda nas áreas do ambiente e energia, são de referir alguns constrangimentos e fragilidades estruturais da Região, em matéria de infraestruturas económicas e serviços de energia, de transportes, de abastecimento de água, saneamento e recolha e tratamento de resíduos, a carecerem de uma aprofundada abordagem estratégica para o horizonte 2020, não obstante os avanços verificados nas últimas décadas no domínio da infraestruturização.

No domínio da energia enfoque para a questão da persistência da elevada dependência externa e de fontes de energia fóssil (perante os sobrecustos decorrentes do transporte marítimo e da pequena escala das unidades locais de produção) tendo em consideração o potencial de fontes de energia renovável na Região.

Os principais problemas que subsistem no transporte terrestre derivam da necessidade de racionalização no sentido da redução dos consumos energéticos (o transporte rodoviário constituía em 2009 o maior consumidor energético da Região, tendo representado 55% da procura total energética e gerado 42% das emissões totais de CO₂).

No transporte marítimo e aéreo, em que a prestação de serviços pelos portos e aeroportos surge em clima de competição internacional, para certas atividades (turismo de cruzeiro, low cost aéreo, etc.), haverá que atender à qualidade de tais serviços, ao custo da sua prestação (tarifário) e à integração com outras atividades numa perspetiva de desenvolvimento e otimização mobilizando apoios ou parcerias e envolvendo, simultaneamente, a iniciativa pública (com responsabilidades na tutela das infraestruturas) e a iniciativa privada promotora da exploração, conferindo à Região um papel



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

mais ativo na cooperação e integração com as regiões vizinhas em conformidade com os eixos da estratégia europeia renovada em favor das RUP.

Sobre o sector de infraestruturas e serviços (públicos) de abastecimento de água, saneamento e recolha e tratamento de resíduos repousam importantes responsabilidades em matéria de desenvolvimento sustentável, que levaram, desde os primeiros Quadros Comunitários de Apoio e correspondentes Programas Regionais, à mobilização de contribuições avultadas da CEE/UE para investimentos na expansão e modernização das redes públicas; paralelamente, justificaram a reorganização institucional do sector na Região no sentido de uma crescente verticalização visando proporcionar redução de custos e maior equilíbrio económico-financeiro da exploração.

Os índices de atendimento existentes e os volumes de água fornecida e de águas residuais drenadas e tratadas, bem como a cobertura na recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos (RSU), testemunham o enorme progresso ocorrido.

No que respeita a recolha e tratamento de resíduos foram efetuados investimentos que representam uma solução global relativamente ao tratamento e valorização dos RSU indiferenciados. Quanto a resíduos objeto da recolha seletiva os quantitativos recolhidos e a natureza especial de certas operações de reciclagem e valorização não permitem, para alguns resíduos, soluções economicamente viáveis na Região, pelo que se tem optado por soluções de transporte para valorização no Continente português.

- **Qualificação escolar e profissional** - A Região é historicamente marcada pelo baixo nível educativo, apresentando uma estrutura global de níveis de



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

habilitações da população ativa caracterizada por um baixo nível educacional e um peso reduzido dos diplomados com o Ensino Superior.

No período 2007-2010, a taxa de abandono precoce de educação e formação diminuiu 11 pontos percentuais, situando-se em 31,7% em 2011, ainda longe das taxas de abandono médias de Portugal (23,2%), Europa (13,5%) e das metas para 2020 (descida para 10%). As taxas de escolarização e de conclusão do Ensino Secundário por parte da população jovem têm, entretanto, vindo a crescer em linha com a progressão do indicador no País, atingindo cerca de 51% em 2011, crescimento fortemente associado ao investimento efetuado na expansão da oferta dos Cursos de Dupla Certificação.

Na relação com o mercado de trabalho, constata-se uma melhoria dos indicadores de qualificação dos trabalhadores por conta de outrem, centrada num ganho de peso entre 2007 e 2010, dos quadros superiores (de 4,9% para 5,9%) e dos quadros médios (de 4,2 para 5,3%) e redução do peso dos profissionais não qualificados e dos estagiários, praticantes e aprendizes.

Os dados disponíveis dos Quadros de Pessoal permitem constatar uma recomposição no sentido da melhoria dos indicadores de habilitação escolar dos trabalhadores por conta de outrem, sobretudo no aumento dos diplomados com Licenciatura (+17,6%) e Doutoramento (+7,1%), com ganho de peso entre 2007 e 2010. A melhoria dos indicadores de habilitação superior concentrou-se nas áreas da Educação, Saúde, Administração Pública, Transportes e Armazenagem e Águas e Saneamento.

Esta recomposição da estrutura de habilitações do pessoal ao serviço resultou das dinâmicas de realização das tipologias de Educação e Formação do



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

Programa Rumos (cofinanciado pelo FSE), orientadas para os ativos (empregados e desempregados), nomeadamente encaminhados pelo serviço público de emprego) nas modalidades de Formação de Adultos, Ações de Qualificação/Reconversão/Aperfeiçoamento/Especialização e Ações de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.

Apesar dos progressos verificados na década anterior em matéria de educação, formação e emprego, a situação de crise económica e financeira nacional e internacional (com processos de ajustamento na Região e no País) refletiu-se nos sistemas de educação, formação profissional e emprego, sendo de destacar que a melhoria registada na estrutura educativa e nas qualificações, apesar de consistente, não conduziu à recuperação da situação de atraso da Região face ao País e à União Europeia, persistindo sinais de dificuldade que decorrem da reestruturação do mercado de trabalho com o conseqüente aumento substancial do desemprego e uma recomposição de segmentos profissionais para os quais não têm havido possibilidade de aproveitamento das respetivas competências.

- **Coesão Social** – No curto período de tempo entre 2007 e 2012, agravou-se o comportamento negativo dos indicadores regionais de emprego (quebra da taxa de emprego de 57,6%, em 2007, para 51,9%, em 2012), com drásticas reduções do emprego na construção, na indústria transformadora e no imobiliário e conseqüente aumento do desemprego (6,8%, em 2007, e 19,7% no final de 2012).

Neste domínio estão em vigor os Planos Regionais de Emprego 2012-2020 e de Intervenção Social 2012-2015, dos quais constam medidas para a superação dos problemas e debilidades estruturais da Região Autónoma da



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

Madeira, nomeadamente a inserção de desempregados no mercado de trabalho, a criação de emprego e de espírito empresarial, a qualificação e inserção profissional de jovens, a redução do abandono escolar e a inserção de pessoas desfavorecidas no mercado de trabalho. Tais Planos contribuirão para enquadrar a Estratégia Regional para o próximo ciclo de programação das Políticas de Coesão (2014-2020), nos domínios cruciais do Emprego e da Coesão Social.

O agravamento da situação de crise tende a comprometer seriamente a ativação das políticas ativas de emprego, compelidas a abranger um número mais elevado e heterogéneo de destinatários num período de fortes constrangimentos orçamentais.

A informação sobre a evolução recente da degradação acelerada do mercado de trabalho alerta para as dificuldades que vão resultar do alastramento dos focos de pobreza e marginalidade a novas áreas urbanas (e também a freguesias do interior) e da progressiva erosão da capacidade de resposta das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), Centros Paroquiais e Casas de Povo, devida à redução do financiamento público (comunitário e regional) mas também à menor disponibilidade do partenariado e mecenato social de empresas e instituições.

De acordo com os resultados do Inquérito as Condições de Vida e Rendimento realizado em 2011, pelo INE, cerca de 18% da população portuguesa está em risco de pobreza, ascendendo a 24,4% se considerarmos o cálculo de risco de pobreza e exclusão social de acordo com o EUROSTAT. Por conseguinte, por maioria de razão, é expectável que estes indicadores não sejam favoráveis numa Região Ultraperiférica como a Madeira, cujo acesso



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

a determinados bens e serviços sofre maiores condicionantes e cuja população está fortemente concentrada num grande meio urbano.

2.1.2 *Potencial de Crescimento*

Os recursos e potencialidades de crescimento económico e das oportunidades de emprego para a Região têm uma forte relação com domínios setoriais amplamente abordados nos Eixos da Estratégia renovada das RUP no quadro da Estratégia Europa 2020, designadamente nas áreas estratégicas de integração da IDT&I da Economia do Mar (pescas e biologia marinha), da diversificação da matriz de especialização turística, da qualificação de competências para a empregabilidade e da inclusão social.

Tem igualmente uma forte conexão com a existência e necessária dinamização do Centro Internacional de Negócios da Madeira.

O crescimento da Região no horizonte 2020 terá de repousar na valorização dos seus recursos endógenos, suportada na implementação de políticas públicas que mobilizem e fixem recursos humanos, pela IDT&I, pela formação de competências que promovam tal valorização, apoiem a prossecução da modernização da base económica, reativem a convergência com a UE e respondam às vulnerabilidades recentes da estrutura económica empresarial e de agravamento da situação social.

O potencial de valorização de recursos para o crescimento da Região reside, fundamentalmente em disponibilidade e excelência de recursos naturais e ambientais (terrestres e fundos marinhos); valia intrínseca da paisagem humanizada e na riqueza patrimonial e cultural do território (suportes de um turismo de qualidade); e fatores de valorização de actividades económicas e sociais



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

e do bem-estar (infraestruturação e equipamento social do território, qualidade do equipamento turístico).

A estes vetores deve acrescentar-se a autenticidade e originalidade alcançadas por certas pequenas produções da economia da Região, sobreviventes de uma longa tradição (bordados, vinhos, vimes e flores e frutos subtropicais - anona, banana, mango), particularidades que ajudaram à projeção internacional da Região, e que deverão ser preservadas e reforçadas mediante apoios que poderão também justificar esforços direcionados de IDT&I para as qualificar e incrementar o respetivo valor.

A identificação de potenciais de crescimento estende-se também a recursos e actividades muito dependentes do exterior, em especial respeitantes à energia e ao seu uso eficiente, suscitando a urgência da continuidade da aposta no aproveitamento das energias renováveis (eólica, solar, hídrica, ...) abundantes na Região e indispensáveis à redução da dependência da energia fóssil importada.

Um dos potenciais de crescimento assinalado refere-se ao acervo de recursos naturais e ambientais da paisagem, do clima, do mar e recursos marinhos, dos “habitats” e ecossistemas que enformam um território de grande biodiversidade e que constituem um património de valor incalculável, de elevado interesse científico, tecnológico e económico, a ter em conta na configuração de diferentes políticas e programas sectoriais, com destaque para o turismo.

Uma abordagem das questões do mar devidamente apoiada, seguindo os princípios consagrados na Política Marítima Integrada, constituiria uma oportunidade de transição para uma economia mais diversificada e com potencial em



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

áreas pouco exploradas até à data como as biotecnologias e reforçando as componentes de conservação e uso sustentável dos recursos marinhos, a gestão integrada das zonas costeiras, o turismo e os transportes bem como a cooperação internacional.

Quanto ao acervo dos recursos patrimoniais e culturais, em que se inclui a paisagem humanizada, destacam-se o sistema de levadas e os poios (que possibilitaram a transformação de terrenos declivosos de encosta em terrenos de cultivo) e o património edificado, com expressão especial nos exemplares de arquitetura erudita de carácter religioso dos concelhos de ocupação humana mais antiga (Funchal, Calheta e Machico) e em alguns exemplares de arquitetura militar e civil (fortificações, solares e casas de quinta) em grande parte aproveitados para serviços da Administração Pública ou para fins turísticos.

Assinale-se ainda a importância na Região do património constituído pela arquitetura de apoio à produção (engenhos, moinhos de água e de vento, seras de água e algumas fábricas) e o património disperso por museus e bibliotecas (peças de mobiliário, pinturas e tapeçarias, livros, etc.) que encerra, além de um valor inestimável para a cultura da Região um valor económico significativo no enriquecimento dos ativos para a atividade turística.

Quanto ao potencial de crescimento associados à infraestruturização de base e dotação de equipamentos sociais da Região, reconhece-se que tal potencial facilita a acessibilidade interna e externa, contribui para incrementar a mobilidade e a segurança no transporte e promove a coesão territorial. No caso dos equipamentos sociais, proporcionam à população condições de base para melhoria do bem-estar na tríplice vertente da educação, saúde e proteção social, além de tais equipamentos se constituírem em importantes bases de



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

emprego direto e indireto; no caso particular da saúde, oferecem capacidade para satisfazer procuras mais qualificadas, integrando perspetivas de adensamento da cadeia de valor do Turismo, designadamente criando condições de suporte necessárias à consolidação de projetos de Turismo de saúde na Região.

Na mesma lógica de coesão social e territorial que importa apoiar, se podem situar as apostas no potencial de crescimento inclusivo, que algumas pequenas produções regionais encerram, como forma de responder a objetivos de geração de emprego em micro e pequenas empresas que possam integrar as suas produções nos pacotes de oferta das unidades de alojamento turístico, ou na oferta a visitantes (turismo de cruzeiro), ou possam justificar-se como suporte de atividades regionais de IDT&I e/ou integrar-se em esquema mais vastos de promoção da internacionalização de especialidades regionais.

No conjunto de potencialidades enunciadas vislumbra-se a necessidade de continuar a considerar o Turismo como “pivot” impulsionador de melhores e mais densas relações intersectoriais, em torno do qual se pode gerar e ampliar valor acrescentado e emprego (em volume e em competências qualificadas) que permita influenciar o ritmo e a qualidade da recuperação de certas atividades ao ponto de ancorar o relançamento da economia regional e impulsionar novas incorporações de inovação-conhecimento.

O caminho para a concretização das potencialidades de crescimento assinaladas pressupõe, uma postura estratégica que favoreça o investimento material nos setores assinalados (turismo, agroalimentar, pescas energias renováveis, atividades industriais de pequena escala, ...) mas que promova igualmente o investimento nas atividades imateriais relacionadas com a inovação, a investi-



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

gação e desenvolvimento, a formação de competências, a sustentabilidade ambiental e a coesão social e territorial.

Neste enquadramento de recursos, potencialidades de crescimento e fomento da atratividade da Região ao investimento externo sintetiza-se um conjunto de desafios/necessidades objetivas:

- Continuar a considerar o Turismo como atividade âncora do relançamento da economia regional consolidando-se como atividade impulsionadora de melhores e mais densas relações intersectoriais entre a estrutura produtiva regional e destacando-se como atividade que incorpora fatores de inovação-conhecimento (energia, sistemas de informação, ...);
- Preservar e reforçar a competitividade do Centro Internacional de Negócios da Madeira, instrumento imprescindível para a modernização e diversificação da economia da Região permitindo que esta importante oportunidade de crescimento económico inteligente, sustentável e inclusivo continue a proporcionar as condições para a afirmação da Madeira como plataforma empresarial e centro logístico facilitando a internacionalização da economia regional, um melhor acesso ao mercado único e densificação das políticas de coesão económica e social no seio da UE;
- Assumir uma estratégia que contribua para materializar o retorno em valor do investimento já efetuado em ativos infraestruturais (transportes, ambiente, educação, saúde e habitação) quer pelo sector público, quer pelo sector privado, nomeadamente criando condições que permitam a recuperação (a prazo) dos custos incorridos;



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

- Explorar os modos de internacionalização possíveis (uma vez que todos eles deverão ser convocados e aproveitados), sobretudo considerando o que de novo existe nas formas concretas como as atividades se organizam, que possa ser utilizado de forma proactiva na Região pelos seus agentes económicos; e
- Potenciar uma maior valorização dos recursos regionais (património natural e edificado, biodiversidade e paisagem, energias renováveis, recursos hídricos, mar e ecossistemas marinhos) e aumentar a eficiência no seu aproveitamento.

2.1.3 Principais Prioridades de financiamento

No contexto de recessão económica, onde são evidentes as fragilidades da economia regional e as dificuldades de financiamento do investimento a médio prazo (em consequência dos processos de ajustamento por que passa a economia portuguesa e a economia regional, via PAEF), a programação de intervenções das políticas regionais, no enquadramento da Estratégia renovada das RUP pressupõe uma avaliação prévia da sustentabilidade e rentabilidade dos investimentos futuros do ponto de vista económico-social, cruzando a melhoria da competitividade dos setores tradicionais e emergentes com a necessidade de proporcionar novas oportunidades sustentáveis de emprego na Região.

O objetivo central da nova estratégia de desenvolvimento da Região é formulado procurando uma ancoragem sólida nos recursos endógenos e na capacidade produtiva instalada, envolvendo as dimensões institucional, económica, social e ambiental de modo a reposicionar a Região na Europa e no Mundo,



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

proporcionando-lhe a entrada em cadeias de produtos e serviços mais complexas e exigentes, mas mais capazes de proporcionar fontes de elevação do valor acrescentado numa lógica que não seja baseada em economias de escala, aglomeração ou contiguidade, onde a Região terá sempre mais dificuldade em competir.

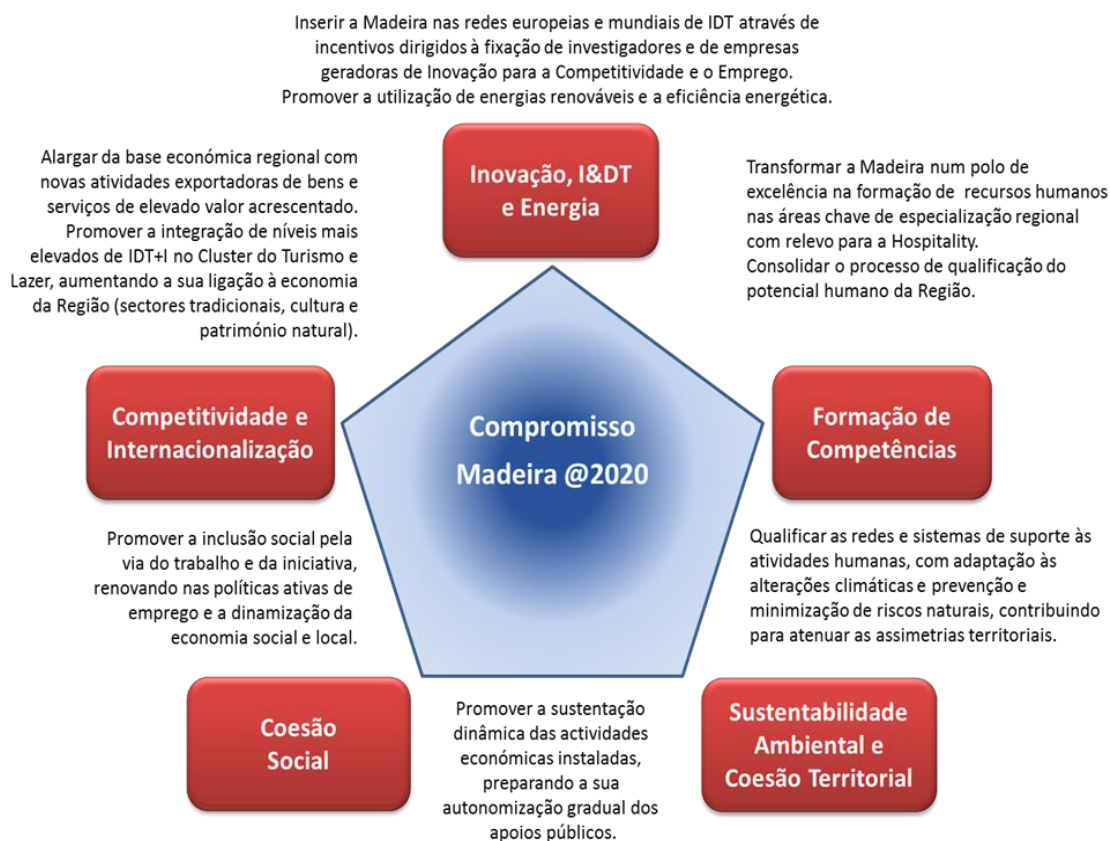
Os objetivos e instrumentos da Política de Coesão não são suficientes para reduzir as disparidades territoriais. No caso concreto da Região Autónoma da Madeira a acentuada redução dos apoios a título daquela política apela a um maior esforço de coordenação com outras políticas com impacto territorial, nomeadamente as que interferem com domínios de intervenção da especialização regional, como a Agricultura e as Pescas e com políticas com forte potencial de ancoragem do desenvolvimento da Região como os Auxílios de Estado e a Fiscalidade.

Por conseguinte, no presente contexto socioeconómico da Região, tendo em atenção as Prioridades temáticas e respetivas necessidades de intervenção em torno das quais se estruturaram os contributos regionais para a Estratégia Europa 2020, propõe-se um modelo de estruturação de Eixos de Intervenção baseado em cinco domínios estratégicos sobre o qual assenta o *Compromisso Madeira@2020* (que corporizará o futuro Documento de Orientação Estratégica Regional), como demonstrado no diagrama abaixo:



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL



Na ótica das necessidades de financiamento, a perspetiva estratégica de resposta aos desafios regionais, expressa nas vertentes do *Compromisso Madeira@2020*, apela a uma combinação inteligente dos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus, mas também a um redesenho das medidas de política europeia que ampliem o campo de efeitos na resposta aos desafios que se colocam às RUP, especialmente aquelas mais atingidas pela crise macroeconómica e financeira, como é o caso da Madeira.

A mobilização dos Fundos Europeus irá ocorrer num contexto de programação multifundos que se afigura benéfica para a Região, nomeadamente para apoiar intervenções, combinadas ou não, de *matriz material* (via FEDER e Fundo de Coesão), de *matriz económico-produtiva de apoio ao investimento* (via



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

FEDER) e de *matriz imaterial de apoio à inovação e competências* (via FEDER, FSE, FEADER e FEAMP).

Em paralelo, deverão manter-se as ajudas ao rendimento a que agricultura tem direito em regiões desfavorecidas como as ajudas do Programa de Opções Específicas relativas ao Afastamento e à Insularidade (POSEI), objeto de abordagem no âmbito da preparação dos instrumentos de programação respetivos (FEADER e POSEI).

Em termos de impacto nas indústrias agroalimentares regionais, o Regime Específico de Abastecimento previsto no POSEI exerce uma significativa proteção ao abranger principalmente a importação de matérias-primas. No entanto, as limitações impostas pelo Regime condicionam o crescimento de algumas indústrias regionais dificultando fortemente a expedição/exportação para fora da Região, o que tem contrariado os objetivos do Programa em termos de minimização dos impactos negativos da ultraperifricidade, nomeadamente quanto à dimensão do mercado e à ausência de escala.

Os domínios estratégicos identificados no *Compromisso @Madeira2020* apresentam desafios e oportunidades de desenvolvimento para a Região como a seguir se exemplifica:

- **Inovação, I&DT e Energia** – Estes domínios devem ser encarados como portadores de valor acrescentado e como fatores de melhoria da produtividade, competitividade das PME's e de geração de oportunidades de emprego. O estímulo de iniciativas e a mobilização de apoios de ações de investigação inovadoras, com reforço de envolvimento dos beneficiários empresariais e talentos de IDT&I, constitui um desafio de enormes implicações



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

para a Madeira, nomeadamente na vertente de investigação de investimentos materiais existentes.

O Plano de Ação para a Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação da Região, de 2013, constitui uma base de trabalho importante para concretizar resultados em áreas chave de investigação da RUP Madeira que são exemplo: o Turismo e Desenvolvimento Regional, a Sustentabilidade, Gestão e Manutenção de Infraestruturas, a Bio-sustentabilidade, a energia, a mobilidade e as alterações climáticas.

A Região ambiciona estar entre as 4 primeiras regiões de Portugal em termos de intensidade de IDT&I e ser reconhecida como uma das principais regiões da Europa na criação de conhecimento naquelas áreas. Pretende igualmente aumentar o número de pessoas empregues em atividades de I&D dos atuais 380 para 1000, até 2020.

A promoção do desenvolvimento e utilização de energias renováveis e da eficiência energética constitui uma prioridade na aplicação dos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus justificada pelo elevado potencial de retorno para a economia das famílias e para a sustentabilidade do sector público e empresarial, com impacte direto na competitividade da economia regional e no emprego.

- **Competitividade e Internacionalização** – O foco da estratégia de desenvolvimento económico regional deve privilegiar a modernização e a diversificação da economia da Madeira, sendo de relevar neste contexto o papel decisivo do CINM, instrumento este que importa preservar e dotar das necessárias condições de competitividade.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

Esta prioridade deve andar a par com a promoção de um turismo sustentável, através do estímulo a empresas e projetos coerentes e estruturados que envolvam conjuntos de operadores, em torno de objetivos/recursos comuns. Os apoios à modernização da produção vinícola e ao artesanato (sobretudo ao bordado), constituem exemplos de prioridades a equacionar na aplicação de sistemas de incentivos, beneficiando da “exposição” à procura turística regional.

- **Formação de competências** – Os recursos do FSE devem ser utilizados numa ótica de Aprendizagem ao Longo da Vida, para reforço da Dimensão Social. Tal pressupõe combinar incentivos à criação de emprego, formação de competências, redução do abandono escolar, com intervenções de combate à pobreza e à exclusão, de melhoria do acesso aos cuidados de saúde e de inclusão social. Trata-se de perspetivas que respondem às necessidades de intervenção diagnosticadas e que se encontram em linha com os Eixos da Estratégia renovada da União Europeia para as Regiões Ultraperiféricas no horizonte 2020.
- **Sustentabilidade ambiental e Coesão territorial** – As prioridades para a renovação do esforço de investimento na vertente ambiental devem concentrar-se nas alterações climáticas e na prevenção e minimização de riscos; a redução da dependência e dos custos energéticos; e o reforço das redes de comunicação, nomeadamente robustecimento das ligações aéreas, complemento das infraestruturas marítimo-portuárias e telecomunicações.

Assim, no horizonte 2020, é importante promover uma Estratégia Regional para as Alterações Climáticas, com particular relevo para as medidas de



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

adaptação, assegurando um ordenamento do território (urbano, florestal, costeiro) no sentido do seu reequilíbrio.

Importará igualmente implementar soluções de mobilidade sustentável em especial na grande aglomeração do Funchal.

Os constrangimentos estruturais, ainda existentes no abastecimento de água e no saneamento exigem uma resposta de investimento em infraestruturas e serviços públicos, sobretudo, na renovação e remodelação de redes, pontualmente, de construção de novas redes, visando objetivos de melhoria de qualidade, redução de perdas, aumento de áreas servidas e de Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR's).

- **Coesão social** – O reforço da ativação de instrumentos de intervenção para a reconversão profissional de ativos desempregados, da dinamização de experiências de empreendedorismo social e local e da integração socioeconómica de grupos em situação de desfavorecimento face ao mercado de trabalho, constituem domínios-chave de intervenção para atenuar os efeitos do desemprego e da pobreza e exclusão social.

Na ótica do partenariado público-privado, afigura-se indispensável dinamizar a mobilização dos parceiros económicos e sociais na implicação para o emprego e a inclusão.

Na vertente transversal da **Capacitação institucional** deverão integrar-se atuações dirigidas não apenas à atenuação dos custos de contexto, mas também à capacitação orientada para uma mais eficaz absorção de apoios (p.e., nas áreas da Inovação e da I&DT), atuações que podem partir da renovação



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

das atribuições e competências das instâncias de regulação de atividade económica, no quadro da Reforma da Administração Pública Regional.

No enquadramento de política de coesão da União Europeia as necessidades de intervenção para o conjunto das prioridades temáticas daquela política incluem especificamente:

- **Promoção da Competitividade da Economia**, englobando intervenções em Inovação e I&D, em Desenvolvimento empresarial, em Turismo e, também, na Agricultura e Pescas (em articulação com o FEADER e FEAMP), de acordo com as seguintes Prioridades de investimento: (i) Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação; e (ii) Reforço da competitividade das PME's, abrangendo também os setores agrícola (FEADER) e das pescas e aquacultura (FEAMP).
- **Formação do Capital humano**, que engloba intervenções em Qualificação Inicial, Qualificação de Ativos e Formação Avançada, conferindo prioridade aos investimentos e apoios de financiamento em tipologias de ações referentes a investimento no ensino, nas competências e na Aprendizagem ao Longo da Vida.
- **Promoção da Coesão Social**, que engloba intervenções na Promoção do Emprego e na Inclusão Social, conferindo prioridade aos investimentos e apoios de financiamento destinado: à Promoção do emprego e apoio à mobilidade laboral; e à Promoção da inclusão social e combate à pobreza.
- **Desenvolvimento Sustentável**, que engloba intervenções no domínio da Agricultura, das Alterações climáticas, da Energia, dos Recursos Hídricos, dos Transportes, dos Equipamentos coletivos e da Cultura, de acordo com



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

as seguintes Prioridades de investimento (apoios de financiamento do FEDER, FSE e FC e também FEADER) às seguintes tipologias de ações:

- Sustentabilidade agrícola e rural por adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos da agricultura e florestas (articulação do FEADER com os Fundos da Coesão);
- Proteção do ambiente e promoção da eficiência na utilização dos recursos (FEADER);
- Melhoria do acesso às TIC, bem como à sua utilização e qualidade;
- Apoio à transição para uma economia de baixa emissão de CO2 em todos os sectores;
- Adaptação às alterações climáticas e gestão de riscos;
- Proteção do ambiente e promoção da eficiência na utilização de recursos;
- Eliminação de estrangulamentos nas redes de infraestruturas de transportes e promoção da sustentabilidade dos serviços de transporte;
- Reforço da capacidade institucional e promoção de uma administração pública eficiente.

2.1.4 Principais resultados esperados: objetivos, indicadores e metas

A definição de metas e de um quadro de indicadores fiáveis de monitorização e acompanhamento das intervenções está condicionada pela conclusão dos processos de negociação e de programação em curso.

Neste contexto, os elementos constantes do Quadro seguinte limitam-se a sistematizar os principais Objetivos de Política regional, no encadeamento dos



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

Eixos das RUP, relevantes à luz das principais necessidades de desenvolvimento da Região.

Quadro 3 - Objetivos de Política Regional

Eixos RUP	Principais Objetivos / Política regional
Competitividade	<p>Colocar a Madeira nas quatro principais regiões do País em termos de intensidade de IDT+I tornando-a reconhecida internacionalmente como uma das regiões-chave da Europa na criação e aplicação de conhecimento.</p> <p>Valorizar a componente Internacionalização no apoio às empresas, com focalização setorial em atividades capazes de competir em segmentos de bens transacionáveis expostos à concorrência externa.</p> <p>Diversificar e qualificar a oferta turística regional para estimular a procura dos mercados tradicionais e emergentes.</p> <p>Melhorar as condições de aproveitamento agro-florestal orientado para a produção de bens de consumo de aprovisionamento da Região e para exportação.</p> <p>Modernizar a frota de pesca e reforçar a competitividade das atividades da pesca e da aquicultura com diversificação dos produtos.</p> <p>Promoção das fontes de energia renováveis e outros recursos endógenos na produção de eletricidade e na produção de energia térmica;</p>
Dimensão social	<p>Assegurar a permanência no sistema educativo dos jovens até aos 18 anos, garantindo o cumprimento da nova escolaridade obrigatória de 12 anos contribuindo para corrigir situações de abandono escolar precoce.</p> <p>Continuar a melhorar os mecanismos de transição de jovens entre a escola e a vida ativa.</p> <p>Renovar as políticas de recuperação do contacto com o mercado de trabalho por parte de desempregados de longa duração, pessoas em situação de pobreza severa e outros grupos em risco de exclusão social pelo estímulo a medidas integradas de desenvolvimento de competências pessoais e sociais e formação.</p>
Alterações climáticas	<p>Divulgação de conhecimento científico e boas práticas de adaptação.</p> <p>Formulação de medidas antecipatórias de atenuação de vulnerabilidades e efeitos.</p> <p>Elaboração de orientações estratégicas e operacionais de adaptação às Alteração Climáticas, em termos globais e setoriais.</p>



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

3. ABORDAGEM ÀS NECESSIDADES DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO

3.1 *Nível UE*

3.1.1 *Implementação dos Eixos das RUP*

A elaboração, em curso, da próxima geração de programas 2014-2020 contribuirá para a operacionalização dos Eixos da estratégia europeia em favor das RUP, tendo como pano de fundo a Europa 2020. É neste contexto que se desenvolvem os trabalhos relativos à elaboração do Acordo de Parceria, o qual irá substituir o atual Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

Este documento identifica os constrangimentos estruturais do Estado e das suas Regiões, as necessidades de intervenção cada vez mais focalizadas, para as quais poderão ser canalizados apoios dos fundos europeus, subordinados a prioridades e objetivos temáticos e de investimento estabelecidas pela Comissão Europeia.

A Região Autónoma da Madeira está envolvida nos trabalhos de preparação da negociação do Acordo de Parceria com as autoridades nacionais. A avaliação do cumprimento já efetivo ou previsto, das condicionalidades *ex-ante* associadas aos objetivos temáticos e prioridades de investimento já se encontra finalizada, bem como a síntese dos principais constrangimentos e a identificação das prioridades de investimento da Região no horizonte 2020.

❖ Aspectos financeiros

No processo de programação do acesso e utilização dos Fundos Europeus existe um conjunto de pressupostos e orientações que se encontram estabili-



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

zados e existem matérias em aberto. Neste contexto procede-se a uma focalização dos Objetivos temáticos que deverão enquadrar na Região o acesso e a aplicação dos dois principais Fundos da Política de Coesão (FEDER e FSE), considerando um cenário de partida de preparação de um Programa Operacional multifundos, conforme ilustrado no Quadro seguinte.

O exercício de focalização retém a generalidade dos Objetivos temáticos, ainda que no caso dos Objetivos 2, 5 e 7 não tenham sido formulados instrumentos de política no contexto do futuro PO Regional, à luz das prioridades estabelecidas para a relação Objetivos temáticos/Prioridades de investimento. Com efeito, as Prioridades de investimento destes dois últimos Objetivos temáticos importantes para a Região, deverão ser enquadradas no âmbito do instrumento de programação que venha a organizar a aplicação do Fundo de Coesão em Portugal.

Tendo em consideração as características do tecido empresarial regional e as condições ultraperiféricas do exercício da atividade empresarial, deverá justificar-se, uma abordagem mais centrada nas empresas e menos nos projetos apoiados.

A integração de apoios, na lógica do apoio à empresa e não a projetos dispersos, afigura-se crucial para reforçar a competitividade do tecido económico regional e justifica a manutenção da experiência de *Apoio ao funcionamento das empresas*, uma modalidade experimentada no âmbito do PO regional Intervir+ destinada a compensar custos adicionais a que as empresas regionais estão sujeitas por força dos constrangimentos da Ultraperificidade.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

Quadro 4 - Instrumentos de Política Pública para a Região (FEDER e FSE)

Prioridades Temáticas	Objetivos Temáticos UE	Principais Instrumentos de Política Pública
1. Promoção da competitividade da economia	OT1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	1.1. Estruturação / Consolidação do SRDITI
	OT2. Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade	1.2. Qualificação das empresas e da atividade turística (Sistemas de Incentivos)
	OT3. Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas e dos setores agrícola (FEADER), das pescas e da aquicultura (FEAMP)	
2. Desenvolvimento sustentável	OT4. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores	2.1. Energias renováveis e eficiência energética e introdução de fontes de energia com menor teor de carbono
	OT5. Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos	2.2. Gestão de resíduos e eficiência de recursos
	OT6. Proteger o ambiente e promover a eficiência energética	
	OT7. Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestrutura	2.3. Proteção e Desenvolvimento do Património cultural
3. Promoção do emprego e da coesão social	OT8. Promoção do emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores	3.1. Criação de emprego e reforço da empregabilidade
	OT9. Promover a inclusão social e combater a pobreza	3.2. Empreendedorismo social e local
4. Formação do capital humano	OT10. Investir na educação, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida	3.3. Inclusão social e combate à pobreza
		4.1. Qualificação Inicial - escolar e profissionalizante
5. Capacitação Institucional	OT11. Reforçar a capacidade institucional e uma Administração Pública eficiente	4.2. Formação ao Longo da Vida
		5.1. Capacitação institucional - redução de custos de contexto, racionalização e reforma da Administração Pública Regional

Numa lógica de complementaridade, seria desejável o incremento da participação da Região nos diversos programas europeus, em particular, Horizonte 2020, ERASMUS+, LIFE e COSME. No entanto, uma vez que as especificidades da Região e demais RUP não foram devidamente refletidas nas propostas dos mesmos, o acesso ao financiamento àqueles programas antevê-se mais limitado e no caso do Instrumento Interligar a Europa afigura-se marginal se não mesmo impossível para a maioria das RUP.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

❖ **Aspetos regulamentares**

➤ *Medidas específicas*

Em matéria de auxílios de Estado preconiza-se maior rapidez e flexibilidade nas avaliações aos regimes de auxílio das RUP, dada a relevância destes instrumentos para a melhoria da competitividade destas regiões e maior atratividade ao investimento.

Neste contexto, a continuidade e melhor adequação das condições de aplicação do regime fiscal do CINM, no período pós 2013, assume uma importância crucial para a Madeira, dado o contributo desta medida de auxílio na captação de investimento direto externo, na diversificação e modernização da economia regional, para a criação de emprego qualificado e para a criação de receita fiscal, de crucial importância para a Região face aos fortes constrangimentos orçamentais com que se debate.

Em matéria agrícola importa preservar e reforçar a abordagem específica consagrada no Programa POSEI e alargar a sua filosofia a outros sectores como a Inovação, as TIC's, a energia e os transportes.

A realidade ultraperiférica apela ao estabelecimento de instrumentos setoriais *ad-hoc* adaptados àquela realidade capazes de impulsionarem decisivamente na Região e demais RUP um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, gerador de emprego, constituindo-se como exemplo de sucesso das políticas públicas europeias nos seus territórios mais longínquos.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

3.1.2 Integração Regional

❖ *Programas de Cooperação Territorial Europeia*

A Cooperação Territorial em diversos espaços inter-regionais por parte das entidades públicas e associativas da Região tem contribuído para desenvolver projetos e ações importantes que contribuirão para melhorar o conhecimento técnico-científico, a qualidade das políticas públicas e o conhecimento de oportunidades económicas. Esta cooperação tem sido baseada, sobretudo, no Programa INTERREG III B Açores-Madeira-Canárias (2000-2006) e no Programa de Cooperação Territorial Madeira-Açores-Canárias (2007-2013).

A experiência de cooperação inter-regional no período de programação 2007-2013 (Cooperação no espaço das RUP, entre Madeira/Açores/Canárias) centra-se num total de 54 projetos no montante global de 30 MEuros FEDER, parte dos quais executados sob liderança de entidades regionais em diversas áreas de intervenção com grande interesse para a economia regional, entre as quais se destaca a área da saúde pública (Gestão Integrada do Vetor *Aedes aegypti*), a educação, o ordenamento do território, o desenvolvimento urbano e rural e as pescas, os transportes e comunicações, a IDT&I, a valorização e gestão sustentada dos recursos naturais e culturais e a cooperação científica e tecnológica (p.e., no âmbito da Rede UNAMUNO, no Eixo Atlântico com Cabo Verde).

As orientações dos Regulamentos dos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus, apontam para a necessidade de uma maior focalização das intervenções, privilegiando as dimensões associadas à cooperação nas áreas da I&D, mantendo as prioridades transversais aos territórios nas áreas do



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

Ambiente e da Prevenção de riscos e das potencialidades económicas do Mar/RUP e da Biodiversidade, de grande relevância para a Madeira.

No período de programação 2014-2020 deverão ser contemplados no domínio da Cooperação Inter-regional instrumentos que promovam a I&D e a inovação na Região, privilegiem a criação de laços de cooperação entre as empresas e as entidades do Sistema Científico e Tecnológico Regional (SCTR) prevendo mecanismos de envolvimento de agentes externos, que possibilitem o reforço das competências da Região.

A partilha de experiências e redes na área do turismo deverá ser, igualmente, aprofundada e pode constituir uma área fértil de cooperação entre os diferentes territórios, promovendo oportunidades para as PME's e para a promoção da qualificação da oferta dos arquipélagos do Atlântico Sul.

Esta abertura para o Eixo Atlântico corresponde à orientação da Comissão Europeia relativa à inclusão de países terceiros, tomando as RUP atlânticas como “postos avançados da União Europeia”, promovendo o envolvimento de Cabo Verde (pela continuidade das especializações económicas e proximidade de alguns problemas estruturais) e procurando desenvolver uma dimensão de ligação a África onde o conhecimento e as qualificações das pessoas e das empresas dos territórios europeus podem representar um valor acrescentado significativo, nomeadamente na procura de novos mercados.

Em idêntico sentido poderá funcionar a cooperação inter-regional, no espaço Madeira/Açores/Canárias, traduzida no acordo para a criação do *Cluster Marítimo da Macaronésia*, uma área setorial de importância vital para a Madeira. O Acordo tem como intuito a dinamização de projetos de desenvolvimento



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

comum no Atlântico, através de um aproveitamento mais eficiente dos instrumentos financeiros previstos no âmbito da UE, para o período de 2014-2020.

As perspetivas de reforço da dotação financeira destinada a Cooperação Territorial Europeia permitem estruturar uma abordagem, com alguma ambição, em duas vertentes:

- a *geográfica*, ampliando as regiões de cooperação, nomeadamente no espaço atlântico e compreendendo Cabo Verde, África do Sul, Brasil e Venezuela, por exemplo; e
- a *temática*, reforçando a coerência entre as áreas de cooperação privilegiadas e as intervenções estruturantes do desenvolvimento regional no horizonte 2020, designadamente nos domínios da inovação em novos produtos e serviços, da competitividade das PME's, da energia sustentável, da adaptação às alterações climáticas e da economia do mar.

Quadro 5 - Evolução da Dotação financeira da Cooperação Territorial Europeia

	Montante (10 ⁶ Euros)
2000-2006	33,0
2007-2013	5,0
2014-2020 (*)	12,5

(*) Perspetivas. Para a Cooperação Territorial Europeia está previsto um acréscimo de 150%.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

4. COORDENAÇÃO DE INSTRUMENTOS

Em relação aos aspetos regulamentares atinentes aos trabalhos de elaboração da próxima geração de programas assinala-se que os pressupostos do Acordo de Parceria a negociar entre o Estado português e a Comissão Europeia, incluindo a estrutura dos programas operacionais para o ciclo 2014-2020 e as principais linhas de intervenção dos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus foram definidas, em maio de 2013, pelo Governo da República que estipulou também a quem compete a programação e a negociação dos programas.

A coordenação dos instrumentos deverá atender nomeadamente às seguintes orientações:

- Reforçar a articulação entre fontes de financiamento nacionais e europeias;
- Reforçar a coordenação e integração entre Fundos europeus;
- Valorizar a abordagem multifundos (FEDER, FSE e, sempre que pertinente, Fundo Coesão), estabelecendo pontes de articulação com a programação da Agricultura e Desenvolvimento Rural (Programa Regional FEADER) e das Pescas (Programa Nacional FEAMP).

Foi ainda estabelecido um novo modelo institucional de governação dos fundos europeus que será baseado na existência de um nível de coordenação política e de um nível de coordenação técnica.

A Região tem participado nos trabalhos em curso de elaboração do Acordo de Parceria por parte do Estado português e, neste contexto de preparação do próximo ciclo de programação foram igualmente definidas pelo Governo Regional as linhas de intervenção dos fundos europeus incluídos no Quadro



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

Estratégico Comum 2014-2020 para Portugal, as quais deverão subordinar-se, na Região, às prioridades temáticas em matéria de crescimento e emprego sustentável, em consonância com as orientações estratégicas europeias e as exigências do processo de ajustamento orçamental em curso, bem como com os princípios gerais orientadores e as condicionalidades de apoio aplicáveis à boa gestão dos fundos europeus.

* *

*

5. CONCLUSÃO

O Plano de Ação RUP 2020 - Madeira define as linhas gerais da futura estratégia de desenvolvimento económico e social da Região para 2014-2020, focalizando a intervenção dos instrumentos que serão colocados à disposição da Região naquele período em cinco domínios estratégicos: *Inovação, I&DT e Energia, Competitividade e Internacionalização, Formação de competências Coesão Social, Sustentabilidade ambiental e Coesão territorial.*

Fazer face, por um lado aos constrangimentos de natureza estrutural e permanente que afetam a Região e, por outro, desenvolver o potencial de crescimento constitui o desafio a transpor num quadro de fortíssimas restrições orçamentais e de reformas estruturais de políticas públicas.

Neste contexto, a condição ultraperiférica da Região é um fator que deve ser devidamente considerado pelos decisores europeus e nacionais, à luz do artigo 349.º do Tratado.

Isto porque, o novo paradigma de desenvolvimento que a Comissão defende para as Regiões Ultraperiféricas, tendo como pano de fundo a Estratégia



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

Europa 2020, não é conciliável, nem com cortes significativos nos apoios à Madeira como os perspectivados a título da Política de Coesão, nem com a obstaculização sistemática ao principal instrumento de que a Região dispõe para modernizar e diversificar a sua economia, o Centro Internacional de Negócios da Madeira.

A conjugação de todas as oportunidades e hipóteses de financiamento europeu, incluindo os instrumentos fiscais, deve ser imperativamente proporcionada pela UE a esta Região no período 2014-2020, de modo a alavancar a competitividade, a diversificação e internacionalização da economia regional e atenuar os efeitos da grave crise económica e financeira especialmente sentida no seu território.

Apenas desta forma será possível criar as condições para a retoma do crescimento económico e criação de emprego.

O sucesso da estratégia de desenvolvimento que se perspectiva para a Região será tanto maior quanto maior forem tidos em consideração pelos decisores europeus e nacionais os pressupostos supra mencionados.